



ATA Nº 08/2015

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 16h, na Sociedade José Garibaldi, no município de Muçum/RS, realizou-se a assembleia geral ordinária mensal da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat), sob a presidência do prefeito de Dois Lajeados, senhor Valnei Cover. Estiveram presentes os prefeitos de Relvado, Muçum, Arroio do Meio, Imigrante, Encantado, Lajeado, Progresso, Roca Sales, Westfália, Boqueirão do Leão, Ilópolis, Travesseiro, Santa Clara do Sul, Anta Gorda, Nova Bréscia, Cruzeiro do Sul, Vespasiano Corrêa, Bom Retiro do Sul, Doutor Ricardo, Arvorezinha e Marques de Souza; presidente do Legislativo de São Valentim do Sul e o secretário da Indústria e Comércio de Teutônia, representando os prefeitos desses municípios. O presidente deu início aos trabalhos saudando os presentes e em seguida passou a palavra ao anfitrião, prefeito Lourival de Seixas, que desejou boas vindas a todos e convidou para prestigiarem a programação da Semana Farroupilha. Na continuidade foi colocada em votação a ata da assembleia realizada no dia 17 de agosto, em Lajeado, a qual foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos houve a participação do diretor da CDP- Consultoria em Direito Público, advogado Gladimir Chiele, que falou sobre a Lei Kiss, a Lei dos Convênios, cuja validade foi prorrogada, e apresentou minuta de projeto de lei para cobrança de débitos dos contribuintes. Sobre a Lei Kiss, observou que no fim do ano se encerra o prazo para adequação, mas uma ação no STF questiona a norma. Para o advogado, da forma como está haverá conflitos permanentes com a guarnição dos bombeiros. Além disso, segundo ele, os bombeiros não têm quadro para aplicar e fiscalizar a lei. “Estamos montando uma Fepam 2”, afirmou. Em sua opinião, a solução é trabalharem juntos – Governo do Estado, Ministério Público e Municípios – e usar a estrutura existente nos municípios, dando capacidade aos servidores para emitirem os alvarás de funcionamento na hora. Chiele revelou que já tem Promotor de Justiça solicitando aos municípios como está a adequação à Lei Kiss. Ele abordou também a Lei dos Convênios, enfatizando que terá que haver, no âmbito da administração pública, uma atividade permanente de qualificação. Disse que a norma mexe com todo o sistema de recursos do setor público para o privado, e com as entidades que atuam com o município, Estado e União. No RS, conforme Chiele, existem 90 mil associações, das quais somente quatro mil não têm fins lucrativos. As outras 86 mil prestam serviços e também serão fiscalizadas em relação aos convênios firmados. Ressaltou que deverá haver toda uma regulamentação e com a documentação absolutamente em dia, além de a entidade ter que comprovar experiência na área em que prestar o serviço por meio do convênio firmado. Por fim, o diretor da CDP falou sobre o fechamento das contas dos prefeitos. Ele acredita que a receita nominal das prefeituras será a mesma do ano passado, mas por outro lado, houve um crescimento das despesas. Para isto, é preciso adotar medidas de contenção. Recomendou que os prefeitos trabalhem o orçamento de 2016 com correção bem menor do que a projetada ou mesmo com os números do atual exercício, ou ajuste de 2 a 3%. “É um ano de fim de mandato e não dá para fechar no vermelho”, pontuou, ressaltando que o gestor que não fechar as contas em 2016 incorrerá em pelo menos três crimes. Em relação aos reajustes aos servidores, também recomendou que os prefeitos trabalhem com o “reajuste possível”, concedendo o que o orçamento municipal permite. Segundo ele, não há obrigação de conceder o reajuste inflacionário, pois a receita não vai acompanhar o crescimento das despesas. Encerrada a participação de Chiele a empresa

Almeida Alarmes apresentou projeto de videomonitoramento. Na continuidade dos trabalhos foi discutida pelo plenário a proposta de paralisação apresentada pela Famurs, a ser realizada no dia 25 de setembro, pela divisão justa do bolo tributário e para apresentar à sociedade a crise financeira pela qual passam os municípios. O presidente Valnei Cover disse que os municípios precisam mostrar sua indignação com a má divisão do bolo tributário, pois os municípios ficam com apenas 18%, enquanto respondem por mais de 65% das despesas. Já o prefeito de Imigrantes, Celso Kaplan, lembrou que no dia 22 de setembro está agendada a votação dos Restos a Pagar, enfatizando que é preciso pressão para que sejam liberados os recursos de 2012 e 2013. Quanto à paralisação do dia 25, defendeu uma decisão firme da assembleia. “Vou parar tudo. Vou fechar inclusive a Rota do Sol”, declarou. O prefeito de Cruzeiro do Sul, César Marmitt, também defendeu a paralisação, para mostrar à população que não é só o prefeito que está falando. Para ele, deve haver paralisação de um dia inteiro, somente com expediente interno nas prefeituras. Sugeriu, inclusive, que a Amvat faça chamadas na RBS TV para expor a situação de dificuldades das prefeituras. O prefeito de Relvado, Adroaldo Da Croce, recomendou cautela porque, no seu entender, parte da sociedade poderá dizer que os prefeitos não sabem administrar os recursos públicos. Paulo Costi, de Encantado, disse que era contra a paralisação. “Não vejo sentido nisto. Não é a solução”, ponderou Costi, para o qual o movimento não trará nenhum reflexo positivo. No entanto, frisou que, se a Amvat definir pela paralisação, acompanhará a decisão da maioria. Edegar Cerbaro propôs um investimento em mídia, discordando da proposta da Famurs de que os prefeitos fossem às ruas e interrompessem rodovias, por exemplo. Ao final das manifestações, por maioria, foi aprovado que a Amvat vai aderir ao movimento e as prefeituras vão fechar as portas durante todo o dia 25. A exceção são os serviços essenciais, como saúde e educação. No espaço dos assuntos gerais o prefeito Paulo Costi levantou a situação de dificuldades do Centro Oftalmológico, que durante dez anos foi bancado pelo município de Encantado. Agora, no entanto, há uma dificuldade muito grande pela falta de repasse dos recursos, cujo atraso chega a 4 meses. “A Prefeitura de Encantado já repassou R\$ 380 mil, mas não tem mais condições de fazer isto”, informou. O instituto que administra o Centro, conforme Costi, pode deixar de prestar o serviço. Segundo ele, o Consisa deve mais de R\$ 500 mil para o instituto, conforme acordo firmado com o Governo do Estado, valores utilizados para atender a demanda reprimida nos municípios. O prefeito Sérgio Marasca, presidente do Consisa, explicou que o Consórcio aguarda para esta semana uma resposta do Estado, que prometeu regularizar a situação. Já o prefeito de Lajeado, Luís Fernando Schmidt, abordou encontro do Judiciário com municípios da Comarca, para a conclusão da ala feminina do presídio. A sugestão foi de que os municípios participassem com uma cota para a conclusão das obras. Ele lembrou que neste encontro foi citada a possibilidade de a Amvat participar com a metade do valor que caberia aos municípios. O assunto, no entanto, não chegou a ser definido, o que deve ocorrer nas próximas assembleias da entidade. Não foi definida data para a reunião de outubro, uma vez que não ocorrerá mais em Vespasiano Corrêa. O município que desejar deve entrar em contato com a secretaria da Amvat. Se não houver interessado, será na sede da Associação, em Estrela, em data a ser definida pela presidência. Não havendo mais nenhuma manifestação o presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Valnei Cover,
Presidente da AMVAT**